

---

---

## Boletim Eletrônico de Serviço da 1ª Região

---

---

### Seção Judiciária do Amazonas (SJAM)

Este Boletim eletrônico de serviço da Primeira Região é meramente informativo. Para efeitos de prazos dos atos administrativos favor consultar a Biblioteca Digital em <http://www.trf1.jus.br/dspace/handle/123/4>, ou os Cadernos administrativos do eDJF1 em <https://sepublic.trf1.jus.br/edj/handle/123/3>.

Ano V / N. 229

Boletim Eletrônico de Serviço

Disponibilização: 09/12/2019

**Diretoria do Foro (Diref)**



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS

**EDITAL****EDITAL DE HABILITAÇÃO N. 9346535**

A Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas, doravante denominada Seção Judiciária do Amazonas, por intermédio da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS-AM), comunica que realizará procedimento de Habilitação de Associações e Cooperativas de catadores de material reciclável consoante Decreto nº 5.940 de 25/10/2006, Resolução CNJ nº 201 de 03/03/2015, Resolução Presi nº 04, de 15/02/2016, Portaria Diref nº 280, de 17/10/2008, Portaria SJ Diref nº 12, de 15/02/2017, Portaria Diref nº 15, de 29/02/2016, e Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

**1 - OBJETO**

Selecionar Associações e Cooperativas de catadores de materiais recicláveis aptas a realizar a coleta seletiva dos resíduos produzidos pela Seção Judiciária do Amazonas, mediante assinatura de termo de compromisso próprio.

**2 - REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO**

2.1 Estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis descartados as Associações e Cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos seguintes requisitos:

2.1.1 Estejam **formal e exclusivamente** constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda, mediante comprovação por estatuto ou contrato social;

2.1.2 Não possuam fins lucrativos, mediante comprovação por estatuto ou contrato social;

2.1.3 Possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados, mediante comprovação por declaração expressa;

2.1.4 Apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados, mediante comprovação por declaração expressa.

**3 - REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

3.1 Os atos formais realizados em nome das Associações e Cooperativas interessadas deverão ser praticados por representante legal que, devidamente credenciado, será o único admitido a intervir nas fases de procedimento de habilitação e a responder pelos atos e efeitos previstos neste edital;

3.2 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I – documento oficial de identidade (original);

II – procuração que, na forma de lei, comprove a outorga de poderes (se necessário), com firma reconhecida e original ou cópia autenticada do ato constitutivo, contrato ou estatuto social.

3.3 O representante da Associação/Cooperativa deverá entregar seus documentos de credenciamento juntamente com os documentos de habilitação, conforme item 4 deste Edital;

3.4 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma Associação/Cooperativa.

**4 - ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1 LOCAL: Os documentos de habilitação e credenciamento constantes dos subitens 2.1 e 3.2 deverão ser destinados à Seção de Apoio à Gestão Socioambiental (SEAMB-AM), localizada no segundo pavimento do Edifício Fórum Ministro Waldemar Pedrosa, na Avenida André Araújo, nº 25. Aleixo. Manaus – AM, CEP: 69060-000.

4.2 PRAZO: A entrega dos documentos de habilitação e credenciamento deverá ocorrer no período de 10/12/2019 a 17/12/2019.

4.3 HORÁRIO: das 09 h às 16 h.

4.4 FORMA: Os documentos de habilitação exigidos neste edital poderão ser entregues em original ou por qualquer processo de cópia, desde que perfeitamente legíveis.

4.4.1 Quando os documentos forem entregues em fotocópia, a Associação ou Cooperativa deverá apresentar os originais, até a data estabelecida no subitem 4.2, à SEAMB, que os autenticará, se for o caso.

**5 - JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1 Os documentos de habilitação apresentados pelas Associações e Cooperativas serão analisados e julgados

pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS-AM), que emitirá parecer conclusivo.

5.2 O resultado do julgamento dos documentos de habilitação será divulgado nos quadros de avisos e na página eletrônica (*internet*) da Seção Judiciária do Amazonas no dia 19/12/2019;

5.2.1 Caso ocorra habilitação de até quatro Associações ou Cooperativas, a Seção Judiciária realizará sorteio entre as habilitadas, de modo a definir, a ordem de período de coleta entre elas, considerando o prazo previsto no item 6.1. Se houver mais de quatro habilitadas, o sorteio definirá, além da ordem, as 04 (quatro) selecionadas para firmar o Termo de Compromisso. Havendo somente duas associações habilitadas, as mesmas poderão acordar entre si quanto à associação que iniciará a coleta.

5.3 Será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso administrativo contra o resultado do presente procedimento de Habilitação.

## **6 - COLETA**

6.1 Cada uma das Associações e/ou Cooperativas realizará a coleta por um período consecutivo de 06 (seis) meses, obedecida a ordem do sorteio, quando cabível.

6.1.1 Caso ocorra habilitação de apenas uma Associação ou Cooperativa, o prazo estipulado no item 6.1 poderá ser prorrogado, a critério das partes.

6.2 A coleta deverá ser realizada nos dias e horários definidos pela Seseg ou pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS-AM).

6.3 Antes do término da vigência do Termo de Compromisso da última Associação ou Cooperativa habilitada será aberto um novo processo de habilitação.

## **7 - FUNDAMENTO LEGAL**

7.1 Decreto nº 5.940, de 25/10/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta.

7.2 Portaria Diref nº 280, de 17/10/2008, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados no âmbito da Seção Judiciária do Estado do Amazonas e sua destinação às Associações e/ou Cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

7.3 Resolução nº 201, de 03/03/2015, art. 6º, parágrafo 1º, que trata da adoção adequada da gestão dos resíduos gerados de modo a promover a coleta seletiva, com estímulo à sua redução, ao reuso e à reciclagem de materiais, e à inclusão socioeconômica dos catadores de resíduos, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as limitações de cada município.

7.4 Resolução Presi nº 04, de 15/02/2016, que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região.

7.5 Portaria Diref nº 13, de 26/02/2016, institui a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Amazonas.

7.6 Portaria Diref nº 15, de 29/02/2016, que aprova o Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Amazonas.

7.7 Portaria Diref nº 12, de 15/02/2017, altera a Portaria Diref 13 de 26/02/2016, que institui a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Amazonas ( CGPLS-AM ), e a Portaria Diref 15, de 29/02/2016, que aprova o Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Amazonas.

7.8 Lei nº 8.666, de 21/06/1993, art. 24, inciso XXVII, que trata da contratação, por dispensa, da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, efetuados por Associações ou Cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

## **8 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1 A presente Habilitação não importa necessariamente em obrigatoriedade de assinatura do Termo de Compromisso, podendo a Seção Judiciária do Amazonas revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes. A Seção Judiciária do Amazonas poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento dos documentos de habilitação e/ou da divulgação do resultado do julgamento.

8.2 A participação das Associações e Cooperativas neste processo de habilitação implica em aceitação de todos os termos deste edital.

8.3 Quaisquer informações adicionais poderão ser obtidas por meio da Seção de Apoio à Gestão Socioambiental (SEAMB), localizada no prédio Fórum Ministro Waldemar Pedrosa, segundo andar, ou pelos telefones: (92) **3612-3470**; 3612-3301; 3612-3418.

8.4 A celebração de Termo de Compromisso não acarretará qualquer vínculo empregatício entre a Seção Judiciária do Amazonas e a Cooperativa ou Associação.

**9 - ANEXOS DESTE EDITAL**

- Anexo I – Modelo de Declaração (condições habilitatórias).
- Anexo II – Termo de Compromisso.
- Anexo III – Cronograma.

Manaus-AM, 06 de dezembro de 2019.

**EMMANUEL MASCENA DE MEDEIROS**  
Juiz Federal Diretor do Foro

**ANEXO I****DECLARAÇÃO  
(Condições Habilitatórias)**

.....,(nome da Associação/Cooperativa) inscrita no CNPJ sob o número ....., com sede no endereço ....., na cidade de Manaus, no estado do Amazonas, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) ....., portador do RG. n. ....,

**DECLARA** expressamente que possui infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados pela Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas, bem como apresenta o sistema de rateio entre os associados e cooperados, de acordo com os requisitos previstos nos subitens 2.1.3 e 2.1.4 do Edital de Habilitação nº 9346535 – Seção Judiciária do Amazonas.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do responsável legal)

Nome: \_\_\_\_\_  
RG.: \_\_\_\_\_

**ANEXO II****TERMO DE COMPROMISSO**

**TERMO DE COMPROMISSO N. \_\_\_\_\_ PARA EXECUÇÃO DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS E .....**

Por este instrumento público, em que são partes a Seção Judiciária do Estado do Amazonas, localizada na Avenida André Araújo, n. 25, Aleixo. CNPJ, doravante denominado DOADOR, representado pelo seu Diretor (a) do Foro, Juiz (a) Federal \_\_\_\_\_, residente e domiciliada nesta Capital, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto na PORTARIA/PRESI/TRF 1ª Região nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente DOADORA, e a \_\_\_\_\_ (nome da cooperativa/associação), localizada no(a) \_\_\_\_\_ (endereço), CNPJ: \_\_\_\_\_ (nº), doravante denominada DONATÁRIA, representado pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ (nome e cargo do

representante), RG Nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, têm, entre si, como justo e contratado o que se segue:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo de Compromisso tem por objeto a doação de material reciclável às Cooperativas/Associações de catadores de materiais recicláveis, para fins de reciclagem, pelo período de 06 (seis) meses.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES**

I - Compete ao DOADOR:

- a) efetuar a coleta seletiva interna dos materiais recicláveis, evitando a sua disposição como lixo;
- b) armazenar o material em local seguro, protegido contra intempéries e ações de degradação, até que se tenha acumulado um volume que justifique a coleta pela DONATÁRIA;
- c) acompanhar, controlar e fiscalizar a execução deste Termo de Compromisso, avaliando os resultados, por intermédio da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária (CGPLS-AM);
- d) analisar as propostas de reformulação do Termo de Compromisso, desde que apresentadas previamente, por escrito, acompanhadas de justificativa e que não impliquem mudança do objeto;
- e) normatizar e reorientar as ações deste Termo de Compromisso, se for o caso, responsabilizando-se por ele, em virtude de paralisação das atividades ou de outro fato relevante que venha a ocorrer, de modo que se evite a descontinuidade das ações pactuadas.

II – Compete à DONATÁRIA:

- a) executar as atividades previstas neste Termo de Compromisso com rigorosa obediência ao objetivo pactuado, visando à promoção social dos catadores de materiais recicláveis;
- b) indicar ao DOADOR a equipe, composta exclusivamente por cooperados, que realizará a coleta do material doado, no intuito de facilitar o acesso às dependências da Seção Judiciária do Amazonas;
- c) não permitir a participação de terceiros não cooperados na consecução do objeto do presente contrato, ainda que a título gratuito ou mediante relação empregatícia;
- d) permanecer nas dependências do órgão apenas o tempo necessário para realizar a coleta de forma responsável e eficiente;
- e) transportar os volumes coletados diretamente da sede do DOADOR até a empresa de reciclagem, registrar o peso do material doado e os valores recebidos pela sua venda, em planilha específica;
- f) zelar pela limpeza e higienização do transporte do material reciclável até a empresa de reciclagem;
- g) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes da conduta dos cooperados das dependências do órgão;
- h) não utilizar o material doado pelo DOADOR em finalidade distinta ao estabelecido neste Termo de Compromisso;
- i) arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre este Termo de Compromisso;
- j) sempre que solicitada, fornecer gratuitamente ao DOADOR amostras de produtos derivados de reciclagem, que possam ser utilizados para promover o Programa de Coleta Seletiva Solidária;
- k) comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade no cumprimento rotineiro do pactuado neste Termo de Compromisso;
- l) não contratar menores de dezoito anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de quatorze anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, em conformidade ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

§ 1º O DOADOR não se responsabiliza por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pela DONATÁRIA ou seus cooperados na coleta ou no transporte do material doado.

§ 2º A DONATÁRIA é única e exclusivamente responsável, nas esferas cível, penal e administrativa, pelo descumprimento de normas legais e regulamentadores no cumprimento de suas obrigações, especialmente na hipótese de destinação incorreta, abandono ou depósito indevido dos materiais recolhidos.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO**

A DONATÁRIA deverá identificar os catadores por meio de uniforme ou crachá específicos, a fim de viabilizar a retirada dos materiais com segurança.

§ 1º A Seção de Serviços Gerais (Seseg) ou a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária do Amazonas (CGPLS-AM) estabelecerá os dias e horários para o recolhimento dos materiais pela

DONATÁRIA.

§ 2º Caso os resíduos recicláveis não sejam recolhidos pela DONATÁRIA nos dias e horários preestabelecidos pela Seseq ou pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária (CGPLS-AM), a Seção Judiciária do Amazonas poderá, a seu critério, providenciar outra destinação dos materiais, para que seus trabalhos não fiquem prejudicados.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

No decorrer do procedimento de habilitação, caso a DONATÁRIA tenha sido a única Associação/Cooperativa de catadores habilitada, o prazo estabelecido na Cláusula Primeira do presente contrato poderá ser prorrogado por igual período, a critério das partes, consoante estipulado no item 6.1 do Edital nº 9346535.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não haverá a transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do presente Termo de Compromisso, sendo que a consecução das ações previstas correrá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Compromisso poderá ser rescindido a qualquer tempo:

- a) pela vontade de uma das partes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias;
- b) por inadimplemento de qualquer das obrigações por parte da DONATÁRIA;
- c) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Termo de Compromisso.

Parágrafo único. Na hipótese de constatação de impropriedade ou irregularidade na execução deste Termo de Compromisso, será suspensa a doação de materiais recicláveis, notificando-se a DONATÁRIA para sanear a situação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão do Termo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA DIVULGAÇÃO

Em qualquer ação promocional da DONATÁRIA relacionada com o objeto deste Termo será consignada a participação do DOADOR na mesma proporção atribuída à DONATÁRIA e, em se tratando de material promocional gráfico, áudio e audiovisual, deverá ser consignada a logomarca oficial do DOADOR na mesma proporção da marca ou nome da DONATÁRIA.

Parágrafo único. Fica vedada às partes a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo ou de orientação social, e desde que não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de autoridades ou servidores públicos.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito pelas partes o foro desta cidade para se dirimirem quaisquer questões decorrentes do presente instrumento que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, por força do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem assim, em acordo, firmam as partes o presente Termo de Compromisso.

Manaus (AM), \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Juiz Federal Diretor do Foro

\_\_\_\_\_  
Representante da Associação/Cooperativa

#### ANEXO III

#### Cronograma dos procedimentos de Habilitação 2019/2020

Evento	Data
--------	------

<b>Evento</b>	<b>Data</b>
Publicação do Edital.	Dia 09/12/2019
Período de apresentação e entrega dos documentos de habilitação e credenciamento. OBS.: Apresentação e entrega em dias úteis, no horário de 9h00 as 16h00, na Seção de Serviços Gerais (SESEG), localizada no primeiro pavimento do Edifício Fórum Ministro Waldemar Pedrosa, na Avenida André Araújo, nº 25. Aleixo. Manaus – AM, CEP: 69060-000.	De 10/12/2019 a 17/12/2019
Análise dos Documentos.	De 18/12/2019 a 19/12/2019
Divulgação das Associações / Cooperativas habilitadas. OBS.: Resultado fixado em quadro de avisos localizado no pavimento térreo do edifício Rio Negro, na Avenida André Araújo, nº 25. Aleixo. Manaus – AM, CEP: 69060-000 e disponível no endereço eletrônico <a href="http://www.jfam.jus.br">www.jfam.jus.br</a>	Dia 19/12/2019
Período de interposição de recurso.	De 10/01/2020 a 17/01/2020
Divulgação dos resultados dos recursos. OBS.: Resultado fixado em quadro de avisos localizado no pavimento térreo do edifício Rio Negro, na Avenida André Araújo, nº 25. Aleixo. Manaus – AM, CEP: 69060-000, e disponível no endereço eletrônico <a href="http://www.jfam.jus.br">www.jfam.jus.br</a> .	Dia 20/01/2020
Realização de sorteio em sessão pública se houver mais de uma cooperativa habilitada, na Seção de Apoio à Gestão Socioambiental (SEAMB-AM) às 10:00 hrs, localizada no primeiro pavimento do Edifício Fórum Ministro Waldemar Pedrosa, na Avenida André Araújo, nº 25. Aleixo. Manaus – AM, CEP: 69060-000.	Dia 21 /01/2020

Evento	Data
Divulgação do resultado do sorteio. (Se houver mais de uma cooperativa habilitada) OBS.: Resultado fixado em quadro de avisos localizado no pavimento térreo do edifício Rio Negro, na Avenida André Araújo, nº 25. Aleixo. Manaus – AM, CEP: 69060-000, e disponível no endereço eletrônico <a href="http://www.jfam.jus.br">www.jfam.jus.br</a>	Dia 22/01/2020
Assinatura do Termo de Compromisso.	Dia 23/01/2020

**Observação:** O não cumprimento dos prazos constantes no procedimento por parte dos participantes incorrerá na sua eliminação automática do procedimento de habilitação.



Documento assinado eletronicamente por **Emmanuel Mascena de Medeiros, Diretor do Foro**, em 07/12/2019, às 09:55 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **9346535** e o código CRC **F5925B0F**.